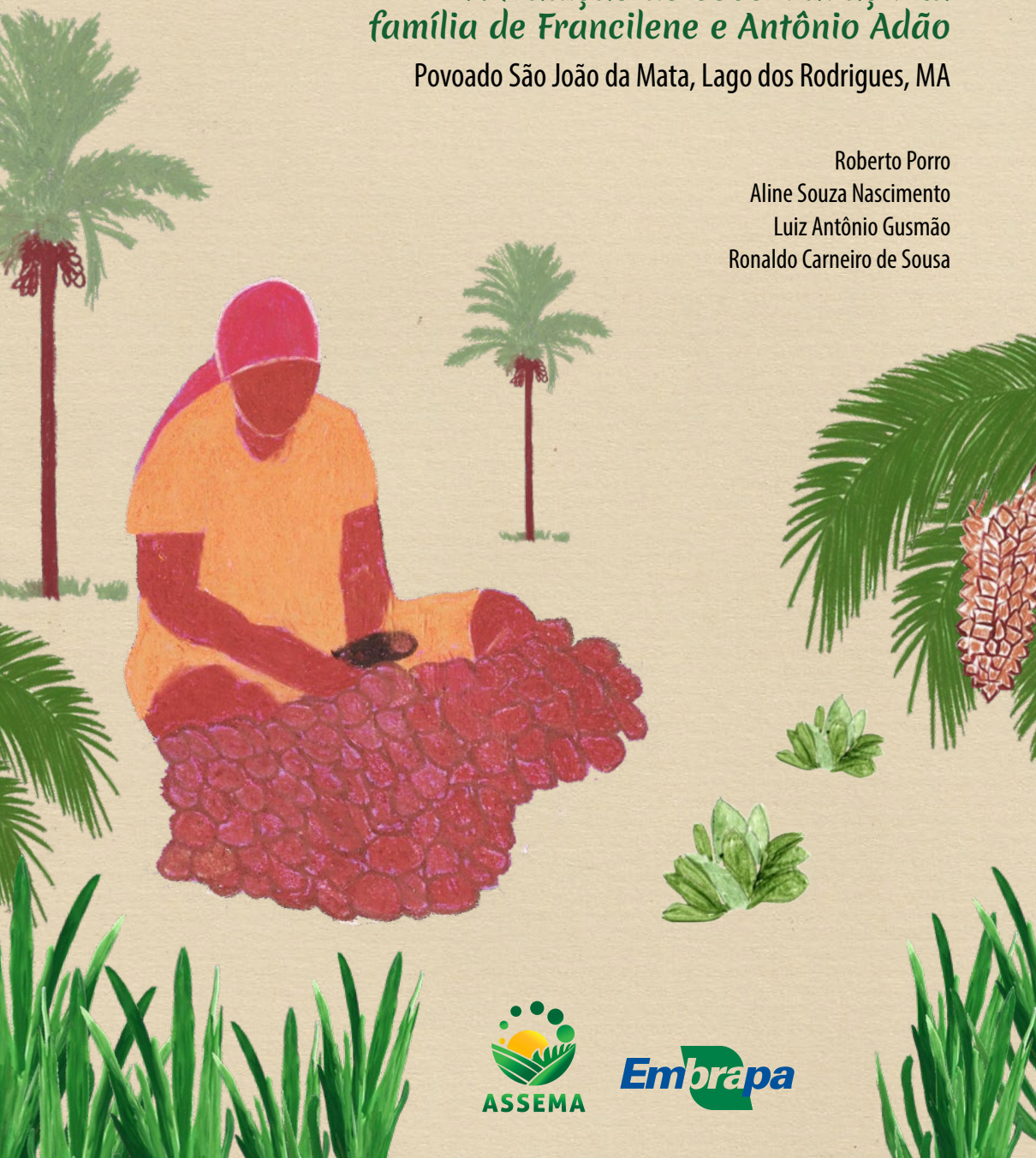


*A tradição do coco-babaçu na
família de Francilene e Antônio Adão*

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Luiz Antônio Gusmão
Ronaldo Carneiro de Sousa



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 28

*A tradição do coco-babaçu na
família de Francilene e Antônio Adão*

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Luiz Antônio Gusmão
Ronaldo Carneiro de Sousa*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/nº
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros

Antonietta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dus; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Ingliš; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Leandro Sousa Fazio

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão : Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.
54 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 28)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-73-0 (v. 28)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Gusmão, Luiz Antônio. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VI. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

Ana Flávia do N. Dias Côrtes (CRB-1/1999)

© Embrapa, 2020



Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Luiz Antônio Gusmão

Engenheiro-agrônomo, mestre em Agroecologia, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA





Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades do projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou




uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.




Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas por Francilene Silva Jansen e Antônio Adão dos Santos, no povoado de São João da Mata, município de Lago dos Rodrigues, MA. O casal se destaca pela elevada produção de amêndoas do coco-babaçu, combinada ao trabalho na agricultura.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

Vivendo do babaçu **21**

Meios de vida **31**

Lições aprendidas e desafios **39**

Referências **43**

Foto: Aline Nascimento



Francilene Silva Jansen e Antônio Adão Magalhães dos Santos.



Breve trajetória

A trabalhadora rural e quebradeira de coco Francilene Silva Jansen (38 anos) é casada há 6 anos com o agricultor Antônio Adão Magalhães dos Santos (40 anos), que também se identifica como quebrador de coco. O casal mora no povoado de São João da Mata – distante 21 km da sede do município de Lago dos Rodrigues –, juntamente com Alex (19 anos), filho do primeiro casamento de Francilene, e sua esposa Helena (16 anos).

Francilene nasceu e foi criada no povoado de São João da Mata, filha de mãe cearense e pai piauiense. Dona Francisca dos Santos Silva, mãe de Francilene, afirma que ainda não havia nascido quando, em 1959, seus pais vieram para o Maranhão e se integraram ao contingente de nordestinos que ocuparam as chamadas terras livres do estado, fugindo da circular tragédia da seca e concentração fundiária (Pedrosa, 2003). Já seu Melquíades, pai de Francilene, antes de se estabelecer no Mearim, residiu em Pastos Bons e Barra do Corda, municípios ao sul do estado.

Tanto Francilene quanto dona Francisca são sócias de uma organização de mulheres que luta pela conservação da palmeira babaçu e pelo livre acesso das quebradeiras


de coco aos babaçuais, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), da qual dona Francisca foi presidente.

Antônio Adão nasceu em São Lourenço, outro povoado de Lago dos Rodrigues, distante 11 km de São João da Mata. De descendência piauiense, o agricultor e quebrador de coco afirma que seu pai veio para o Maranhão com 12 anos de idade, em um período em que “os terrenos não tinham dono, você chegava e marcava o seu”.

Foto: Aline Nascimento



Vista do povoado de São João da Mata, em Lago dos Rodrigues.



A ideia de terra livre também vigora nas narrativas sobre a constituição do povoado de São João da Mata. De acordo com dona Francisca, o primeiro nome do povoado era Centro dos Perdidos, em razão do ocorrido com uma família que, na época, procurava terra para implantar sua roça e acabou encontrando 20 linhas [6,4 ha (hectares)] de arroz perdidos no meio da floresta. No final dos anos 1980, seu Melquíades visitou moradores antigos para resgatar o histórico da origem do povoado de São João da Mata. Em 2017, dona Francisca registrou tais relatos, cujos trechos são transcritos a seguir:

No ano de 1887, um fazendeiro do Pau Real, conhecido por Luiz Henrique, que escravizava cerca de 120 escravos, mandou todos brocar uma grande área de terra para um plantio de arroz. No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel decretou a lei de liberdade dos escravos no Brasil. Em virtude desta conquista, os escravos deixaram o fazendeiro com sua grande roça no período da colheita. Depois de alguns dias, um homem que tinha saído em busca de alguma coisa para a sobrevivência de sua própria família logo encontrou uma grande roça de arroz que já ia passando do período da colheita. Abismado com aquela grande quantidade de arroz, seguiu viagem para fazer a colheita. Para tanto, resolveu buscar sua família para colher parte do arroz que já estava perdido. O caçador, juntamente com sua família, resolveu morar naquela localidade devido à boa fertilidade do solo e do extenso igarapé, rico com sua diversidade de peixes, caça e frutas nativas.

De acordo com seu Melquíades, após 2 anos, um padre capuchino celebrou missa no local e mudou o nome do povoado para São João da Mata, em referência a São João Batista (santo que era celebrado no dia da visita) e à quantidade de matas na localidade. O povoado é formado, principalmente, por descendentes de cearenses, pernambucanos e piauienses, que se deslocaram ao Maranhão por causa das secas de 1950 e 1958.

Francilene e Antônio Adão estabeleceram moradia no pequeno lote de terra dos pais dela, que, em 1980, haviam chegado em São João da Mata, vindos do povoado vizinho chamado Boa Vista. Segundo seu Melquíades, “todo mundo aqui era agregado”, condição que ainda sustentam. Assim como grande parte das famílias do povoado, tanto dona Francisca e seu Melquíades como Francilene e Antônio Adão cultivam suas roças nas terras de José Ribeiro da Silva, conhecido como José Didi.

Foto: Aline Nascimento



Residência do casal, em São João da Mata, Lago dos Rodrigues.



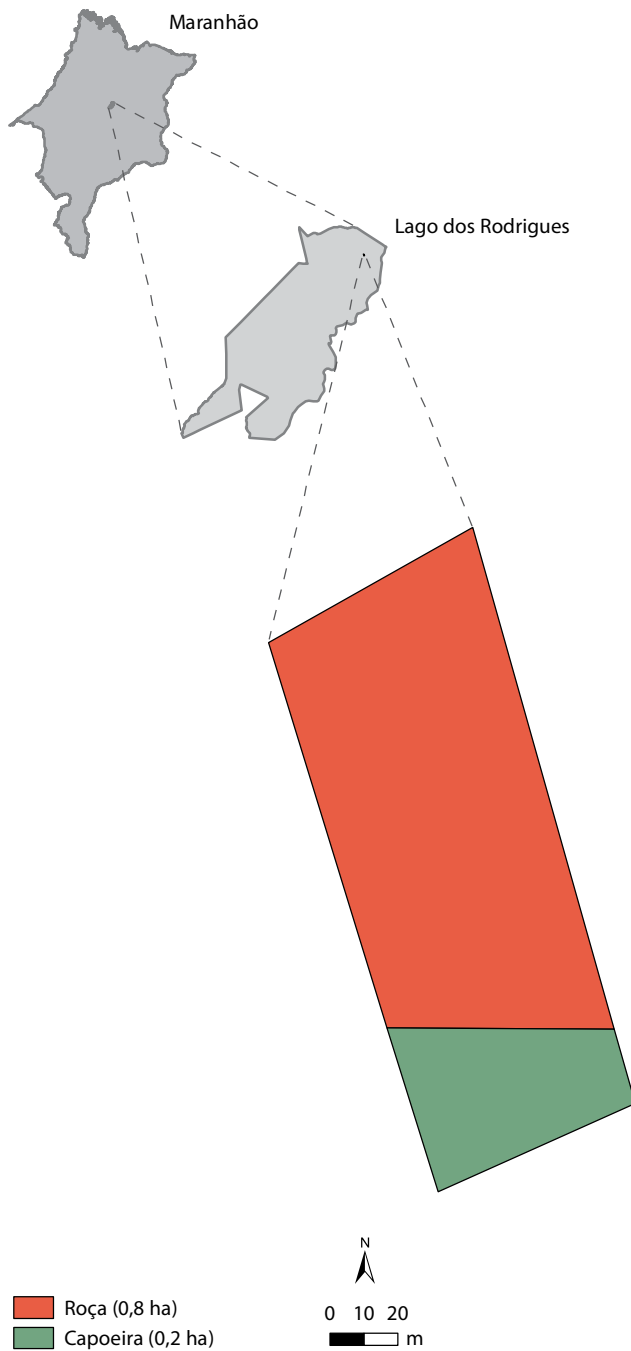


Estabelecimento familiar

Francilene e Antônio Adão, assim como os pais de Francilene, residem em pequenos lotes no povoado. As atividades produtivas do casal são desenvolvidas em terras arrendadas por José Didi – onde cultivam 0,8 ha de arroz e feijão – e numa área adquirida em 2004 por Francilene com outros 31 jovens, por meio do projeto Jovem Saber. Embora a área tenha sido adquirida pelo grupo, apenas duas famílias continuam trabalhando nela. A parte do terreno que o casal utiliza para produzir alguns alimentos é representada no croqui a seguir.

No projeto Jovem Saber, os 32 jovens receberam bolsas da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (Fetaema), com as quais adquiriram a área de 3,0 ha. Durante 5 anos, criaram aves, cultivaram melancia e cheiro-verde. Após esse período, o grupo desistiu da proposta e parou de desenvolver as atividades citadas anteriormente.

A partir do momento em que o grupo interrompeu suas atividades, Francilene e Antônio Adão, com o aval dos demais, começaram a trabalhar em 1,0 ha dessa terra. Em 0,8 ha, o casal plantou abacaxi, mandioca e milho. A outra parte, de 0,2 ha, encontra-se em processo de regeneração natural da cobertura vegetal.



Localização e croqui do estabelecimento familiar
Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



Vivendo do babaçu

Quebrar o coco é prática que as extrativistas iniciam ainda crianças, geralmente por meio da participação no ofício das mães. Em virtude da pouca idade, esse espaço se torna local de aprendizado, diversão e uma forma de estar próximo aos cuidados da pessoa responsável.

Na maioria das vezes, a quebra do coco para extração das amêndoas é uma atividade realizada por mulheres. Entretanto, isso não significa que não existam homens que a realizem. Antônio Adão, por exemplo, enfatiza com veemência ser de família de quebradores de coco, e, assim como ele, seus irmãos sempre quebraram o coco-babaçu.

O casal quebra coco todos os dias. O fruto é coletado nos babaçuais localizados próximos ao povoado de São João da Mata. Geralmente, Antônio Adão trabalha na roça até meio-dia. Por causa do sol escaldante do período da tarde, após o almoço, dedica-se à quebra do coco. Em certos dias, porém, ele realiza a extração de amêndoas tanto de manhã como à tarde.

Os instrumentos utilizados para quebrar coco são macete e cunha, ou machado. O machado tem sido preterido pela facilidade de uso da cunha, a qual é fixada no chão, deixando

as pernas livres. Quebrar coco com machado exige que uma das pernas fique dobrada sobre o cabo, para manter a lâmina de corte para cima, o que acentua os problemas de saúde e os acidentes provenientes de postura inadequada e movimentos repetitivos.

Francilene narra que, em virtude da distância e da quantidade, Antônio Adão e Alex “juntam 14 cargas de coco por dia na beira da estrada e, quando atingem 40 cargas, contratam o carro para buscar”. A família aproveita a safra do babaçu, que coincide com a estação seca, para coletar bastante coco e armazenar uma quantidade que será quebrada durante os meses mais chuvosos na região, período do ano em que a disponibilidade de frutos é reduzida. Antônio Adão costuma coletar coco no intervalo do trabalho na roça, e, ao retornar para casa, aproveita para transportar a carga em seu jumento.

Foto: Alme Nascimento



Francilene e Antônio trabalhando juntos na quebra do coco-babaçu.




Foto: Aline Nascimento

Cunha e macete, ferramentas utilizadas na quebra do babaçu.



Foto: Aline Nascimento

Descarte de macetes utilizados na quebra do babaçu.



De onde vem a madeira para os macetes de quebrar coco?

Um macete usado na quebra do babaçu tem diâmetro de 3,5 cm a 5,0 cm, e cerca de 33,0 cm de comprimento. A durabilidade média dele é de 2 dias, mas algumas quebradeiras lavram o macete danificado para que durem um pouco mais.

As madeiras mais utilizadas e disponíveis para a confecção dos macetes são retiradas das árvores conhecidas localmente como marfim, pajeú, coração-de-negro, cabelo-de-cutia, capoeiro e jacarandá. Tais espécies estão escassas, e são encontradas apenas em topos de morro e terrenos íngremes, inapropriados para a formação de pastagens. Já os macetes de sabiazeiro (*Mimosa caesalpiniaefolia* Benth.) são retirados de pontas de estacas das roças queimadas e de árvores em capoeiras com mais de 5 anos enriquecidas com a espécie. Dependendo da adaptabilidade da quebradeira, o macete feito com a madeira do sabiazeiro sapecado, retirado da roça queimada, pode durar mais. Há quebradeiras que sapecam as outras espécies com esse objetivo. Quando os macetes são retirados na lua minguante não racham nem são atacados por brocas.

O coco é mais coletado em pastagens por causa da maior produtividade das palmeiras, da proximidade dessas áreas em relação aos povoados, da facilidade de deslocamento em seu interior e, também, por serem mais propícias ao uso de animais de carga (Porro; Porro, 2015). No período chuvoso, além da produção de coco ser menor, as áreas mais baixas ficam temporariamente alagadas, e o capim cresce rapidamente, dificultando o trabalho de coleta e transporte do coco-babaçu.

Como nesse período o coco maduro fica encharcado, é necessário transportar e armazenar a carga em um local seco e arejado para que os frutos fiquem murchando por alguns dias.



Foto: Aline Nascimento

Jumento: forma mais utilizada de transporte do coco para as casas.



Foto: Roberto Porro


Palmeiras de babaçu em alta densidade associadas à pastagem.

Esse procedimento facilita a quebra, porque, além de o coco secar, as amêndoas se desprendem com facilidade do endocarpo, como diz Francilene: “o coco maduro, para quebrar, é ruim”. Segundo ela, “como quebramos limpo para a cantina, nós temos que quebrar ele mais seco, ‘zaroião’. Porque ele maduro, quando partimos as bandas, o bago [amêndoa] abre bem no meio”. Dessa forma, Antônio Adão coleta o coco que caiu recentemente do cacho. Ele afirma que no período das chuvas é o que se tem disponível, “então a gente junta logo e deixa murchando para quebrar”.

Foto: Aline Nascimento



Larvas de besouro se desenvolvem no coco-babaçu no período das chuvas.



Coco maduro, seco e encharcado, coco pelado e pasmado!

Em seu dia a dia, a quebradeira de babaçu pode se deparar com vários tipos de coco:

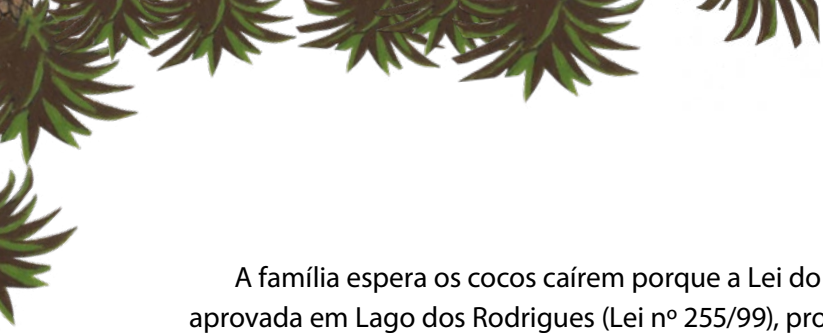
Coco maduro é o recém-caído do cacho, cujas amêndoas se desprendem com mais dificuldade do endocarpo, a parte lenhosa do fruto. Suas amêndoas são mais pesadas em razão do maior teor de umidade. Por essa razão, é evitado quando o objetivo é a extração do azeite, que, porém, é mais claro. É mais indicado para a produção de leite de coco.

Coco seco é aquele com alguns meses de caído e armazenado. Sua quebra é mais fácil, as amêndoas se desprendem melhor. Por terem menor teor de umidade, são mais leves, o que não é desejável na pesagem para a venda. São ideais para a extração de azeite e possuem maior teor de óleo.

Coco encharcado é o que caiu e não foi coletado no período seco. Com as chuvas, os frutos ficam escorregadios por causa do limo, dificultando o apoio firme na mão no momento da quebra. Quem não armazenou boa quantidade de coco no período seco junta esses cocos no inverno. Seu mesocarpo já não tem qualidade, e as amêndoas são atacadas pelo gongo, larva de um besouro da família dos bruquídeos.

Coco pelado é o que foi descascado. Não tem epicarpo (casca fibrosa) nem a massa (mesocarpo), retirados para a extração dos flocos de mesocarpo, ou por animais silvestres como cuandu, rato, cutia e paca, que se alimentam dessa massa. As quebradeiras alegam ser mais difícil segurar com firmeza o coco pelado, atrapalhando a quebra.

Coco pasmado não se desprende do cacho mesmo depois de maduro. Geralmente são os frutos da parte superior do cacho, que não caem. No período chuvoso (março a maio), os frutos pasmados estão mais secos e conservados, sendo preferidos para extrair azeite.



A família espera os cocos caírem porque a Lei do Babaçu Livre, aprovada em Lago dos Rodrigues (Lei nº 255/99), proíbe o corte do cacho. Além disso, acreditam que, quando

[...] corta o cacho, perde o bago, a amêndoa, o óleo e o mesocarpo porque como a amêndoa é molinha, apodrece. O mesocarpo seca e a casca só vira 'péa'. Não tem serventia o coco cortado e ainda atrasa a palmeira. Maduro ele cai por conta. E se botar o fogo atrasa ainda mais o babaçu porque bota só de um ou dois cachos e quando não bota [fogo], ela coloca de quatro a cinco cachos.

Quanto à qualidade do coco, Francilene afirma que não gosta “de quebrar coco do bago fino, prefere as amêndoas mais grossas porque a quebradeira de coco, quanto mais o coco tem o bago grosso, mais ela tem vontade de quebrar”. Antônio Adão, entretanto, considera que “não há coco ruim porque aquele que não tem bago só faz rachar e joga na casca para fazer carvão”.

As cascas do coco são destinadas para a fabricação de carvão. Antônio Adão é o responsável por essa atividade e prefere produzir carvão em “caieiras [fornos para fabricar carvão, cavados no solo], porque no tambor passa o dia todo queimando”. A família costuma estocar carvão, assegurando que esse produto não falte para o consumo interno e, também, para comercialização.

Como muitas famílias do povoado de São João da Mata produzem carvão, existe um acordo entre os moradores para não realizar essa atividade nos dias de abastecimento de água, que ocorre a partir de um poço artesiano que serve todo o povoado. Nos dias em que a água está disponível, as mulheres aproveitam para lavar roupas, e a fumaça intensa das caieiras prejudicaria esse trabalho.



Foto: Aline Nascimento

Antônio recolhendo o carvão fabricado a partir das cascas de coco-babaçu.



Foto: Aline Nascimento

Carvão de casca de babaçu ensacado para uso familiar.

Isso se dá pelo fato de existir um rodízio no sistema de distribuição de água entre as residências do povoado, que disponibiliza a água em dias específicos para cada um dos dois setores de São João da Mata. Essa escala de distribuição interfere na atividade de produção de carvão, pois Francilene afirma que “no dia de vir água para cá, não fazemos caieira por conta das roupas [suas e da vizinhança] para que não fiquem com cheiro de fumaça”.





Meios de vida

O extrativismo se constitui em uma das principais atividades econômicas da família, contribuindo com 32% da renda monetária anual. Essa proporção é observada no gráfico a seguir, elaborado com base nas informações fornecidas pelo casal em entrevista realizada em maio de 2018, incluindo todas as fontes de renda monetária do domicílio para o ano agrícola 2017/2018. Esse percentual evidencia a relevância do babaçu para um expressivo contingente das famílias rurais do estado.

O casal comercializa toda sua produção na cantina do povoado de São Francisco, um dos estabelecimentos de compra de amêndoas e venda de produtos básicos da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (Coppalj). Até 2016, quando Aline (filha mais velha de Francilene) morava com eles, os três extraíam aproximadamente 150 kg (quilogramas) por semana. No ano que antecedeu a entrevista, o casal informou ter comercializado um total de 2,5 t (toneladas) de amêndoas. Semanalmente, a família produz três sacos de carvão, para um total anual próximo a 3,0 t.



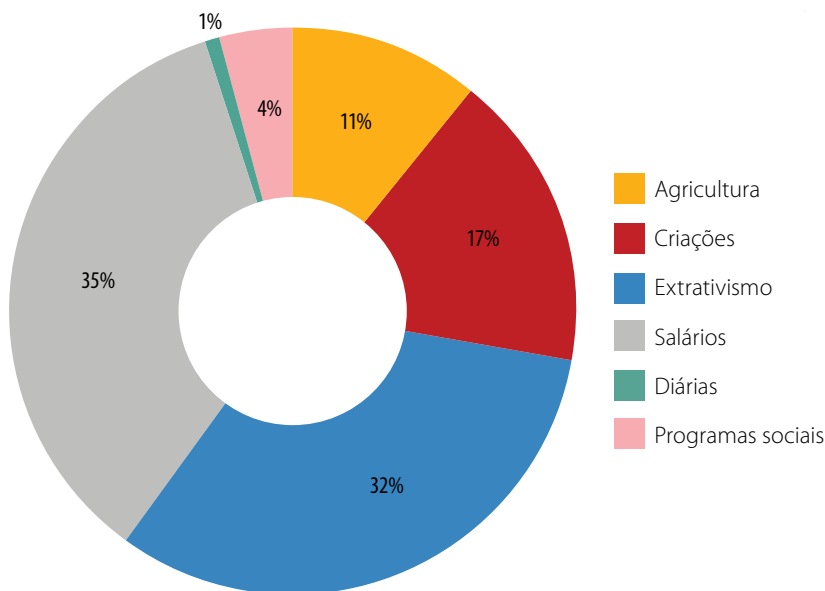
Foto: Roberto Piroo

Amêndoas de babaçu entregues na cantina de São Francisco.



Foto: Aline Nascimento

Francilene e a nora Helena quebrando o babaçu no quintal da casa.



Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Antônio Adão reconhece a importância econômica do babaçu e afirma que “o coco serve para tudo, até a péa [epicarpo] a gente usa para acender o fogo”. Ele comercializa quase toda sua produção de carvão. Por vezes, a família vende as cascas, mas isso acontece quando o casal considera que “a casca tá boa de preço”. Geralmente, preferem aproveitar as cascas e produzir o carvão, porque o retorno financeiro é maior. Além das amêndoas e do carvão, o casal produziu uma pequena quantidade de leite e de sabão feito com o óleo do coco-babaçu e utilizou as palhas e o paú (adubo) da palmeira.

Além de prover alimentos para consumo familiar, a agricultura representa 11% da renda monetária obtida pelo casal. Essa renda foi obtida pela venda de farinha de mandioca, milho e feijão.

A família também participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no qual comercializa macaxeira, feijão-verde, fava e arroz, destinados à escola Santa Cecília, em São João da Mata, por meio de aquisição da prefeitura municipal.

Na roça, Antônio Adão trabalha no sistema adjunto que, como afirmado por ele, “é quando se leva muitos trabalhadores para a roça, de oito a dez ‘peões’”. Nesse sistema, o proprietário da roça é responsável pela alimentação dos trabalhadores. No ano anterior à entrevista, a produção alcançou 1.470 kg de arroz, 1.000 kg de farinha de mandioca, 300 kg de milho e 51 kg de feijão.

Foto: Aline Nascimento



Fava e babaçu secando ao sol.



Na terra arrendada, a família paga ao proprietário 60 kg de arroz, por linha de terra cultivada (0,32 ha). Após a colheita do arroz, Antônio Adão capina a área e planta feijão na palhada. Essa prática agrícola é conhecida como rotação de culturas e é muito recomendada no manejo e na conservação do solo e em controle integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas.

A palhada (cobertura morta) protege o solo da erosão e favorece a retenção de água na área por mais tempo. Além disso, uma cobertura espessa de palha contribui no controle das plantas espontâneas, por impedir a passagem da luz solar, o que impossibilita a germinação de sementes das espécies indesejáveis no sistema produtivo.

Quando se maneja a terra com rotação de culturas, ocorre a quebra do ciclo das doenças e dos insetos prejudiciais porque cada planta possui características específicas. Essa prática também contribui para aproveitar melhor os nutrientes disponíveis no solo, pois as espécies agrícolas possuem exigências nutricionais distintas.

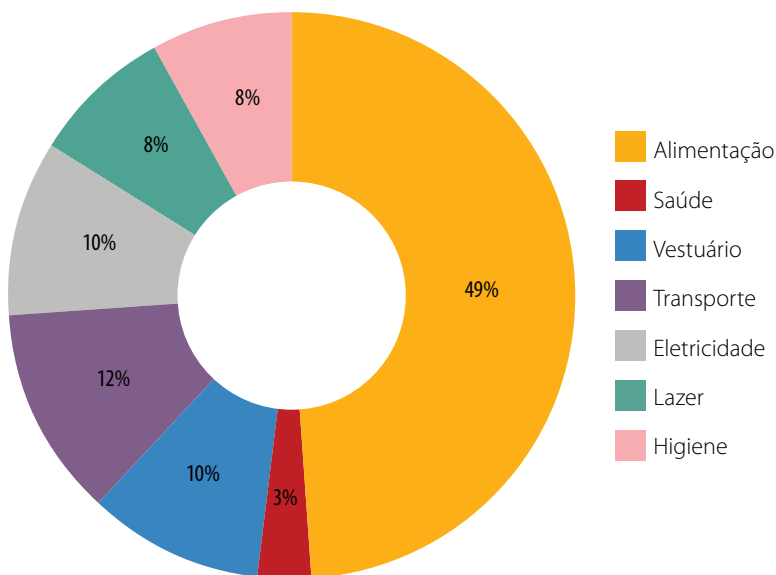
A família também cultiva mandioca e produz farinha para o autoconsumo e comercialização. Para tanto, precisa pagar para utilizar um dos três aviamentos (casas de farinha) do povoado. Nesse caso, de cada cinco sacos produzidos, a família repassa um saco de farinha ao proprietário do aviamento.

Além do pagamento para utilizar o aviamento, a família paga para descascar o arroz. O arroz produzido na roça é descascado em máquina (pilador de arroz) de terceiro, também no povoado, que, para realizar a operação, cobra uma taxa de 3,0 L (litros) de arroz por volume descascado.

A criação animal representou, no ano anterior à entrevista, 17% da renda monetária familiar, sobretudo pela venda de gado bovino e da carne desse gado. Uma menor parte dessa renda animal foi obtida

pela venda de aves e ovos. Mas, recentemente, a família deixou de criar animais de grande porte, vendendo os dois bovinos que mantinham em pastagem alugada. Mais da metade do recurso obtido com a comercialização dos animais foi destinada ao pagamento do aluguel do pasto, o que afetava a rentabilidade da atividade.

A principal fonte de renda monetária da família é, contudo, o trabalho de Francilene como professora na escola do povoado. Ela leciona no Programa de Educação para Jovens e Adultos, no período da noite, o que lhe permite trabalhar no extrativismo durante o dia. Outras fontes de renda que complementam o orçamento familiar provêm do trabalho de Alex na manutenção de eletrodomésticos e dos programas Bolsa Família e Cartão Cidadão, recebidos, respectivamente, por Francilene e Antônio Adão.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Já com relação às despesas mensais da família, o gráfico anterior apresenta informações fornecidas pelo casal sobre os gastos realizados em abril de 2018, mês anterior à entrevista.

Praticamente metade do orçamento familiar é utilizado com despesas de alimentação, e a outra metade é distribuída de forma bastante equilibrada entre gastos com saúde, vestuário, transporte, eletricidade, lazer, higiene e cosméticos. Nessa distribuição, não foram incluídas, contudo, as diversas taxas de arrendamento que a família tem pago, seja pelo cultivo na terra de terceiros, como para utilização de instalações e máquinas para beneficiamento.







Lições aprendidas e desafios

Recentemente, o casal foi obrigado a colher a fava antes do período adequado, porque o dono da terra solicitou a área para colocar o gado. Cerca de um terço da produção foi perdida. Esse caso ilustra a principal dificuldade que ainda afeta inúmeras famílias em São João da Mata. Por não possuírem um espaço próprio no qual possam estabelecer seu sistema produtivo, o casal se vê impossibilitado de ampliar suas atividades.

No inverno, as dificuldades se acentuam em virtude do acesso “porque passam pelo baixo, tem aquele atoleiro” e precisam aproveitar os dias de sol para produção do carvão, pois se chover estraga. Porém, apesar dessas limitações, Francilene demonstra seu otimismo afirmando que “quase não temos desafio, porque Toinho trabalha muito com a cabeça, ele sempre faz plano para dar tudo certo, e sempre dá!”.

A unidade familiar de Francilene e Antônio Adão representa uma situação frequente no campo maranhense, na qual restrições econômicas derivadas da falta de acesso à terra são atenuadas pelo subsídio da natureza oferecido pelos babaçuais.



Francilene debulhando a fava colhida pela família.

Num contexto em que o livre acesso às palmeiras é garantido pela Lei do Babaçu Livre, famílias como a de Francilene e Antônio Adão obtêm uma expressiva renda monetária a partir dos produtos do babaçu, sobretudo a venda de amêndoas, carvão e casca. Somado à contribuição dos produtos do babaçu para o consumo familiar, especialmente o carvão utilizado nas cozinhas, não restam dúvidas de que, se não fosse a alternativa oferecida pelo extrativismo, as condições de vida desse contingente de famílias estariam muito mais fragilizadas.

De fato, muitos aspectos contribuem para que o coco-babaçu adquira significativa relevância para numerosas famílias, e estes, sem dúvida, não se reduzem à dimensão econômica.

Diversas vivências e narrativas, como as de Francilene e Antônio Adão, também apontam para o seu caráter simbólico, para as relações carregadas de sentimentos e afetos construídos em torno dos babaçuais e para o modo como, sobretudo, as quebradeiras de coco-babaçu dão sentido às suas vidas a partir desse recurso (Barbosa, 2007), uma vez que suas identidades estão fortemente ligadas ao exercício do extrativismo vegetal e às lutas pelo livre acesso aos babaçuais.

No caso de Francilene e Antônio Adão, destaca-se a forma integrada em que atuam no extrativismo do babaçu, rompendo com a polarização geralmente observada entre o trabalho masculino no roçado e o trabalho feminino na quebra do coco. A vivência expressa no cotidiano de atividades produtivas do casal traduz uma relação de gênero pautada no respeito e na equidade.



Foto: Aline Nascimento

Coco-babaçu a ser quebrado por Francilene e Antônio Adão.

A manutenção da prática extrativa se apresenta, enfim, como uma forma de resistência na defesa dos direitos sociais e da conservação da natureza, diante das tentativas de destruição das economias tradicionais, para dar lugar a uma outra economia, que contribui para o aumento da concentração de renda e desigualdades sociais, intensifica a devastação ambiental e não prioriza políticas específicas que contemplem a agricultura familiar e o manejo do babaçu.

Foto: Aline Nascimento



Francilene e Antônio descarregando os jacás de coco-babaçu.



Referências

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

BARBOSA, V. de O. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PEDROSA, L. A. **A questão agrária no Maranhão**. São Luís: [s.n., 2003]. Mimeografado.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no maranhão. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2015.





Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

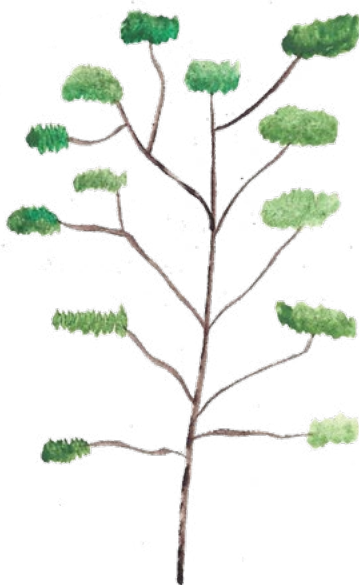
Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Apoio

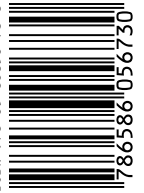


MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 978-65-86056-73-0



CGPE 15733